1 COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS
2 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - 10/10/07

3 Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, às quatorze horas e quinze
4 minutos na sala Secretaria Executiva da Bipartite-TO, na SESAU, deu-se início, em
5 segunda convocação, a Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite com
6 a presença do Sr^a. Shirlaine Valeriano Alves Barbosa como presidente substituta e
7 demais membros: **SESAU:** Linvalda Rodrigues Hერიques de Araújo/ Diretoria de Atenção
8 Primária. **Suplente:** Inês dos Santos Gonçalves/ Diretoria de Controle, Regulação e
9 Auditoria; Elaine Negre Sanches/ Adm e de Gestão de Fundo Est de Saúde; Soraia
10 Roges Jordy Sat'ana/ Diretoria de Gestão de Planejamento e Descentralização da Saúde;
11 **COSEMS:** Alessandra Franco Fonseca SMS/Pium; **Suplente:** Emival Nunes da Fonseca
12 SMS/Guarai; Brasilon José da Silva/SMS – Alvorada; Marli de Sousa Pires/ SMS –
13 Silvanópolis; Samara Queiroga Borges Gomes da Costa/ SMS – Palmas. A Sr^a.
14 Presidente verificou o quorum e a paridade e deu início a reunião como segue: A Sr^a
15 Presidente disse que a solicitação de pauta foi feita pela Diretoria de Gestão e Regulação
16 que trata da aprovação do Plano Regional de Educação Permanente, conforme solicita a
17 portaria 1.996 do Ministério da Saúde que institui a política nacional de educação
18 permanente e estabelece um financiamento específico na área de educação na saúde. O
19 Sr^o. Herlon Bezerra inicia a apresentação dizendo que: A Portaria tem a finalidade de
20 orientar de modo mais prático a política nacional de educação permanente. Essa Portaria
21 criou a alocação de recursos para cada Estado, onão fez que a anterior e dividiu o
22 recurso entre os recursos da formação de nível técnico das escolas técnicas do SUS e
23 aloca um recurso para a gestão da educação. Quanto ao processo em ações de
24 educação, cria também um formato de discussão no uso do recurso que está sendo
25 colocado que não existia na Portaria anterior que seria das comissões permanentes de
26 integração de ensino e serviço. Essas composições que estão na Portaria foi criado um
27 colegiado, tendo que constituir uma comissão permanente de integração de ensino de
28 serviço. A Portaria propõe que o máximo de comissões seja o número máximo de regiões
29 e o número mínimo se já for uma. Ou seja, é possível que um Estado como o Tocantins,
30 em processo de planejamento e organizações, tenha uma comissão dentro da CIB. A
31 composição basicamente possui a gestão estadual, municipal e as instituições de ensino
32 de pesquisa local. A finalidade da política nacional é trazer as instituições de ensino de
33 pesquisa à lógica do SUS, sejam elas as privadas ou públicas, mas que venha compor o
34 espaço de discussão. A Sr^a. Shirlaine Valeriano Alves Barbosa pede a palavra e diz que:
35 Está aguardando a Portaria 198 ser revogada para instituir os fóruns de educação
36 permanente, para uma política de capacitação dos trabalhadores do SUS com ensino,
37 gestão e controle social. Que não teve sucesso em todo Brasil, e inclusive no Tocantins
38 teve uma experiência na construção de um fórum. Essa Portaria é um avanço no sentido
39 de dar à gestão municipal e à gestão estadual um papel mais importante na condução da
40 política de formação e de capacitação dos servidores do SUS e na definição dos recursos,
41 porque quando foi com o espaço aberto houve uma fuga de recursos para as
42 universidades privadas. Informou que a Portaria veio para as Secretarias Municipais e as
43 Secretarias Estaduais de saúde e junto com seu aparelho formador tentam privilegiar as
44 escolas públicas de saúde e as escolas técnicas de saúde de fazer os seus recursos
45 humanos indicando que é preciso ser formado, que não será a universidade privada por
46 conta dos seus interesses ou por conta de suas linhas de pesquisa, estão foi um avanço.
47 **Havia vários interesses das universidades privadas e escolas técnicas privadas no sentido**
48 **de não acertar esse tipo de gestão vinculada ao pacto. Sendo muito mais difícil no pacto e**

49 nos colegiados de gestão regional pelo interesse privado de permanecer. Para o estado
50 do Tocantins o montante é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), nunca tivemos
51 houve tanto recurso alocado para formação de requalificação ou formação técnica. Todos
52 os Estados estão fazendo os levantamentos necessários solicitados pelo Ministério
53 através da Portaria. A Sr^a Inês dos Santos Gonçalves pede a palavra e diz que: O
54 processo de regionalização já esta acontecendo, tem cinco ou seis regiões e foi feito as
55 primeiras regiões do colegiado de gestão. Nesse caso, o colegiado de gestão esta
56 consolidado para depois sair essas comissões permanentes sendo de ensino de serviço.
57 Estando a CIB institucionalizada, então pode-se fazer de inicio uma comissão de ensino
58 da CIB estadual e depois se propaga para as CIB regionais. A Sr^a. Soraia Roges Jordy
59 falou que: A orientação do próprio Ministério, quando eles estiveram aqui no segundo
60 encontro regional, que as características que a região norte têm, se vê necessário criar
61 tantas comissões integradas de ensino e serviço, que o porte da região norte é pela
62 descentralização mais para o regional, pois não há porte de recursos humanos que dê
63 sustentabilidade à estas comissões. A Portaria não diz que é uma obrigação ter várias
64 comissões, para começar pode-se iniciar com uma e depois ampliar de acordo com a
65 necessidade. Até o momento existem 9 (nove) colegiados regionais. Toda política deve
66 ser discutida nos colegiados, não só a política de educação permanente, mas todas as
67 diretrizes que o pacto se dispõe, mostrando que o colegiado tem um papel fundamental
68 até mesmo pra CIB, de alguma forma eles vão fortalecer esse processo de discussão das
69 necessidades específicas de cada região. Se há um ponto a se discutir, que se discuta
70 nos colegiados. O Sr. Herlon disse que: Uma coisa importante é quanto à secretaria
71 executiva, que tem a finalidade de organizar, criar mecanismos de avaliação e
72 planejamento para o gasto, que a secretaria executiva tem um papel muito importante. A
73 Sr^a Shirlaine falou que: No pólo passado tive três projetos aprovados pelo Ministério, um
74 foi o diagnóstico de formação dos recursos humanos no Estado, núcleo de educação
75 permanente e a formação e especialização de enfermagem obstetra. O fórum escolhia
76 quem iria executar a ação, e quem iria fazer a pesquisa sobre a formação de recursos
77 humanos no Estado do Tocantins. O fórum escolheu a outra como executora desta ação,
78 então o repasse do recurso foi feito na conta da ULBRA, e que ficou sem controle desse
79 repasse. Temos a coordenação empenhada que acompanha, mesmo assim fica difícil
80 esse monitoramento repassado fundo a fundo, para Secretaria de Estado ou para
81 Secretaria do Município. No próximo ano esta previsto uma grande construção a partir dos
82 colegiados de gestão regional. Eles vão indicar quais as necessidades e quais são as
83 linhas de formação da educação. O Sr. Herlon diz que: Nada impedia de um município ter
84 uma universidade municipal por perto na região, e que entende que é preciso orientar a
85 formação de graduação para a área de atenção básica e ele tem um projeto consistente
86 com a universidade neste sentido, que ele aloque neste sentido no plano do ano seguinte
87 . A Sr^a. Shirlaine ressalva que: Não se pode ver essa Portaria sendo igual a capacitação,
88 a educação permanente e a gestão é uma área nova e ela não trata somente da
89 atualização, do aperfeiçoamento e capacitação profissional ela trata da gestão da
90 educação das necessidades de construção de ações que atendam a necessidade. O Sr.
91 Herlon dando prosseguimento a apresentação falando da proposta de aplicação desse
92 recurso que foi dividida em estratégia estadual de implementação da política nacional e
93 em ações educativas de nível técnico e superior. Essas estratégias estaduais irão atingir o
94 valor de R\$ 205.997,00 (duzentos e cinco mil novecentos e noventa e sete reais) e foram
95 as seguintes: Oficinas Regionalizadas, na qual se passou em três regiões: norte, centro e
96 sul e o valor total destas três regiões será R\$ 180.997,00 (cento e oitenta e cinco mil

97 novecentos e noventa e sete reais). Seriam 6 (seis) oficinas por ano, sendo regiões: norte,
98 centro e sul no primeiro semestre. As oficinas seria a semana inteira, no primeiro dia
99 atividades junto ao município, no segundo dia com atividades junto às instituições
100 hospitalares, no terceiro dia as instituições de ensino e pesquisa e por fim dois dias com
101 todos juntos para discutir as prioridades daquela região. O primeiro fórum Tocantinense
102 de formação para atuação profissional no SUS, seria um espaço que tanto a gestão
103 pública e instituição de ensino enfoquem esse assunto para discutir o que seria o fórum,
104 pois as oficinas regionalizadas criaria no seu final fórum regionalizados fechando no final
105 do ano todas questões, todo o conhecimento, reestruturação da formação para atuação
106 profissional em saúde. Ações Educativas seria o restante do recurso todo que é R\$
107 2.674.815,70 (dois milhões seiscentos e setenta e quatro mil, oitocentos e quinze reais e
108 setenta centavos). A educação de nível profissional de nível técnico seria R\$
109 1.674.630,80 (um milhão seiscentos e setenta e quatro mil, cento e trinta reais e oitenta
110 centavos), o que foi acordado com a escola técnica do SUS é que este recurso ficaria
111 dividido na realização do terceiro módulo da formação técnica do agente comunitário de
112 saúde o custo para este terceiro módulo seria de R\$ 1.150.112,00 (milhão cento e
113 cinqüenta e um mil e cento e doze reais). A Sr^a. Shirlaine disse que: Será feito o
114 empenho, e que esse recurso deve ser homologado na CIT, como todos Estados do
115 Brasil estão fazendo seus projetos e pra conseguir o recurso deste ano precisa ser
116 aprovado no próximo dia 25 (vinte e cinco) deste mês. Caso não seja aprovado nesta
117 próxima reunião o Estado do Tocantins perderá este recurso de R\$ 2.000.000,00 (dois
118 milhões de reais), por esta razão há uma certa urgência no andamento deste processo. A
119 Sr^a Inês informa que: A questão do prazo seria um dos pontos em que teria mais
120 discussão, pois terá ser feito uma homologação, uma resolução o secretário assinar e
121 enviar para Brasília dez dias antes da reunião da CIT. O Sr. Herlon continuou a
122 apresentação dizendo que: O restante do recurso deve ser aplicado na formação de
123 profissionais em radiologia que será quatrocentos e trinta e sete mil, vinte e cinco reais e
124 setenta centavos e uma atualização em enfermagem de cento e seis mil. A Sr^a. Shirlaine
125 ressaltou dizendo que: Há uma demanda nos hospitais de requalificação de pessoal. Que
126 seria uma atualização, um aperfeiçoamento de auxiliar e técnico em enfermagem que
127 estão hoje na rede hospitalar, porque há uma grande necessidade de qualificar. A Sr^a.
128 Inez faz um encaminhamento dizendo que: Uma vez que se vê a precariedade do vínculo
129 do agente comunitário, sabe da necessidade deste técnico, no entanto não é hora de
130 questionamentos sobre este assunto, e sim hora de concentrar as atenções para o
131 projeto, aprovar e ir pra CIT. E quanto ao detalhe da precariedade do vínculo do agente
132 comunitário, deve ser tratado em uma outra reunião. O Sr. Herlon continuou a
133 apresentação dizendo que: O desenvolvimento profissional de curta e média duração, são
134 cursos que não chegam a ser pós-graduação, que teria um recurso no total de R\$
135 546.258,01 (quinhentos e quarenta e seis mil, duzentos e cinqüenta e oito reais e um
136 centavo), formação básica e estratégia na saúde da família R\$ 175.303,00 (cento e
137 setenta e cinco mil, trezentos e três reais), todos são qualificações, aperfeiçoamento,
138 atualizações, cursos de introduções popular em saúde R\$ 25.333,15 (vinte e cinco mil,
139 trezentos e trinta e três reais e quinze centavos). A Sr^a. Marli de Sousa Pires/ SMS –
140 Silvanópolis pede a palavra dizendo que: Nós do COSEMS queremos deixar claro que
141 não estamos aqui para ir contra o projeto, entendemos que foi feita uma convocação
142 extraordinária justamente para tratar deste assunto pois o prazo é curto, o que nós
143 queremos entender é quanto ao repasse deste recurso de quanto os cursos. Os HPP's
144 tem uma necessidade muito grande com a questão da enfermagem e muitas vezes maior

145 que um Hospital Estadual. A Sr^a. Shirlaine falou que o encaminhamento foi dado ao
146 Ministério da Saúde, por sua vez o Ministério da Saúde através do DGE, solicitou que
147 para este recurso, solicitou que fosse feito um resumo das ações com a quantidade de
148 recursos previstos para executar a ação. Tanto o ETSUS quanto Diretoria de Ensino na
149 Educação, desenvolveu este projeto. Foi questionado com o Ministério se era preciso
150 enviar e passar pela CIB o projeto na íntegra e eles disseram que não era necessário
151 momento. Que só será pactuada a proposta necessária, vista e analisada pela CIB. A Sr^a.
152 Inez pediu a palavra e disse que a CIB aprovará com ressalva no item B do projeto que é
153 necessário que seja especificado o público alvo, os critérios de seleção etc. Se caso a
154 CIB concordar também tem a ver os planos de cada uma, que já viu que o curso de
155 atenção básica da família é o antigo curso de introdução, então isso contempla todos os
156 municípios porque, que o saúde da família é no município. Que o curso de educação
157 popular também irá contemplar os municípios, o curso de aperfeiçoamento de urgência e
158 emergência. São para rede hospitalar e para HPP. Essa ressalva que deve ser feita.
159 Consta em ata que a CIB esta aprovando com ressalva o item B com ressalva, onde
160 deverá ser especificado o público alvo, os critérios de seleção e o Item A também, e na
161 próxima CIB pode ser apreciado. A Sr^a. Shirlaine disse que as ressalvas são na letra A no
162 item três. A Sr^a. Shirlaine é interrompida por uma série de questionamentos por parte da
163 mesa. A Sr^a. Cirilúcia Bezerra Cirqueira Vieira / Secretária Executiva da Comissão
164 Intergestores Bipartite ressaltou e necessário que fique claro onde a fica situação das
165 ressalvas, que o COSEMS precisa fazer o trâmite normal, a questão dos projetos
166 individuais vir para CIB já é dado, e já foi feita esta discussão, e que neste momento iria
167 aprovar política macro, projeto, financiamento, garantia de recuso e direcionamento para
168 que o Ministério conheça a necessidade do Estado do Tocantins. Esse é o objetivo da
169 Reunião Extraordinária de hoje, os projetos de cada um detalhado não é necessário
170 solicitar, pois eles virão, em uma Reunião Ordinária ou Extraordinária, porem se o
171 COSEMS ou o Estado encontrarem a necessidade de um projeto e incluir na resolução
172 uma ressalva, será uma outra situação. Sempre aconteceu desta maneira na CIB,
173 primeiro a aprovação de um projeto da política macro, depois o detalhamento, e essa
174 discussão já foi feita. Além dos projetos, vir em uma reunião posterior é necessário uma
175 ressalva na resolução? Gostaria de um posicionamento do COSEMS. A Sr^a. Inez
176 encaminhou da seguinte forma, na resolução iria a aprovação do Plano Regional de
177 Educação Permanente em Saúde para o Estado do Tocantins, e consta em ata que os
178 projetos de cada parte será discutido em reunião agendada para a mesma. Costa essa
179 ressalva em ata e na resolução a aprovação do Plano Regional de Educação Permanente
180 em Saúde para o Estado do Tocantins. Neste momento os membros do COSEMS se
181 manifestaram dizendo que não era necessário constar na resolução nenhuma ressalva. O
182 Sr. Herlon pede permissão para continuar a apresentação do Plano dizendo que: Item C,
183 do nível profissional de pós graduação fica com R\$ 134.420,00 (cento e trinta e quatro mil,
184 quatrocentos e vinte reais) distribuídos no curso de especialização em urgência e
185 emergência R\$ 236.000,00 (duzentos e trinta e seis mil reais), especialização em saúde
186 pública R\$ 198.420,00 (cento e noventa e oito mil e quatrocentos e vinte mil reais). A Sr^a.
187 Cirilúcia Vieira(secretária executiva da CIB-TO) informou que tem 5 (cinco) informes,
188 sendo que os 2 (dois) primeiros são da secretaria Executiva da CIB. O primeiro informe é
189 sobre o local da reunião, disse que apesar de existir uma resolução dizendo que as
190 reuniões da CIB dever ser na sala de reuniões da secretaria de estado da saúde, no
191 entanto, a Secretária Executiva agendou esta reunião extraordinária para a nova sala da
192 Secretaria Executiva para que os Senhores conheçam as novas instalações, informa

193 ainda que foram adquiridos novos móveis e equipamentos para a sala da Sec Exec e
194 agradece o empenho e esforçando de todos prestado pelos Senhores fortalecendo assim
195 a CIB-TO. Informa também da necessidade de implantar as câmaras técnicas. A senhora
196 Cirilúcia solicita aos membros do COSEMS que encaminhe na maior brevidade possível
197 as proposta de readequação necessárias a serem feitas na sec exec para que se tenha
198 um bom desempenho das funções a serviço do plenário da CIB-TO, informa que o Estado
199 cedeu o atual espaço físico, que é maior, cedeu móveis, equipamentos e mais um
200 servidores. Informa também que a sec. exec estar elaborando pré-projetos endereçados
201 ao fundo nacional de saúde para aquisição de equipamentos e móveis para a sala da sec.
202 Exec. E para a sala de reuniões, informa ainda que estar sendo articulado a inclusão de
203 uma ação orçamentária no PPA do Estado. A senhora Cirilúcia enfatiza solicitando do
204 COSEMS a avaliação da situação atual da Sec. Exec. e as propostas para o
205 fortalecimento, porque a CIB é a soma das duas partes(Município e estado), lembra ainda
206 que todos tenham a liberdade de falar tudo o que deve ser melhorado, pois a secretaria
207 executiva estar a serviço dos senhores. A Sr^a. Alessandra Franco Fonseca SMS/Pium e
208 vice-presidente do COSEMS, respondeu dizendo que O COSEMS está tomando novos
209 rumos tendo uma participação grande dos Secretários Municipais de Saúde, e sobre a
210 questão da estrutura, o Estado já se encarregou dando mais espaço físico, mais
211 equipamentos e todo esse aparato que a Sr^a. Cirilúcia citou, informa ainda a vice-
212 presidente, que o COSEMS vai estar fortalecer a CIB cobrando mais dos Secretários
213 Municipais no que diz respeito às discussões feitas na reunião da CIB, para que não seja
214 discutido pensamentos individuais, mais coletivos, visando as necessidade por região
215 que cada um representa, essa é uma forma de estar fortalecendo a CIB e quanto as
216 sugestões solicitadas, o COSEMS estará encaminhado em breve. A Sr^a. Alessandra
217 continuou dizendo que o Município de Pium entrou com pedido na CIB sobre transferência
218 de teto e há algum tempo foi aprovado, feito à resolução, mas até mês passado ainda não
219 havia sido atendido. A Sr^a. Inez respondeu dizendo que a resolução da CIB foi levada
220 para o departamento, que é preciso fazer todas as alterações dos tetos conforme foi
221 deliberado, e realmente houve um erro do controle de Regulação e Avaliação, que tinha
222 uma resolução da CIB e como o teto de HPP não havia saído, continuaria então pagando
223 o número de AIH's até que houvesse a liberação do teto pelo Ministério da Saúde da sua
224 habilitação com HPP. Apesar da portaria e a resolução estarem prontas, houve um erro. A
225 Secretaria Executiva da CIB repassa todo pedido de avaliação de teto para o setor emitir
226 um parecer técnico de tudo que envolve o Controle, Regulação e Avaliação. Repitiu que
227 houve um erro do Controle de Regulação e Avaliação que não foi colocada à resolução no
228 momento de se fazer o teto. Que agora está pedindo que não seja feito mais de um
229 remanejamento de teto por mês, porque são mais de 450 (quatrocentos e cinquenta)
230 prestadores que o setor está verificando. Aproveitou a palavra para informar que está com
231 problemas na mamografia do Dona Regina que atende a região de Palmas, que o
232 problema não é do equipamento mas sim da emissão do laudo da mamografia, disse que
233 as providências estão sendo tomadas, porem irá demorar um pouco por falta de recursos
234 humanos, e carga horária estourada. Informou também que saiu no dia 12 de outubro a
235 habilitação do hospital HGP para fazer as cirurgias cardíacas, os pacientes que antes
236 eram somente atendido no Dom Orione, agora poderão ser feitos no HGP, foi liberado R\$
237 1.188.969,17 (um milhão cento e oitenta e oito mil, novecentos e sessenta e nove reais e
238 dezessete centavos) isso seria mais ou menos R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para cada
239 mês. Solicitou que todos fiquem atentos este mês para o impacto que houve o aumento
240 da tabela SUS, depois esse impacto deve ser apresentado na CIB, o setor de